

Título: Mobilização social e práticas educativas

Autor: Marina Maciel Abreu e Franci Gomes

Este material foi adaptado pelo Laboratório de Acessibilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em conformidade com a Lei 9.610 de 19/02/1998, não podendo ser reproduzido, modificado e utilizado com fins comerciais.

Adaptado por: Maria Eduarda Benevides Rodrigues

Adaptado em: janeiro de 2025.

Padrão vigente a partir de janeiro de 2024.

Referência: ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS. 2009. Unidade 5, cap. 5.7 p.593-608.

Capa



MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Marina Maciel Abreu

Professora do Departamento de Serviço Social / UFMA

Franci Gomes Cardoso

Professora aposentada pela Universidade Federal do Maranhão / UFMA

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS EDUCATIVAS

1- Introdução

Neste texto, abordamos a função pedagógica desempenhada pelo assistente social na sociedade, considerando as práticas educativas construídas no desenvolvimento da intervenção profissional, com destaque para os processos de mobilização social e organização, a partir da perspectiva das classes subalternas.

O nosso objetivo é desenvolver uma reflexão sobre os fundamentos das práticas educativas, particularizando as dimensões técnico-operativas e ético-políticas da mobilização social e da organização em suas expressões, em diferentes espaços sócio- ocupacionais da prática dos assistentes sociais, na sociedade brasileira.

Historicamente, as práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais vinculam-se, predominantemente, à necessidade de controle exercido pelas classes dominantes, quanto à obtenção da adesão e do consentimento do conjunto da sociedade aos processos de produção e reprodução social consubstanciados na exploração econômica e na dominação político-ideológica sobre o trabalho. Em contraposição a essa tendência, evidencia-se, nas três últimas décadas, no desenvolvimento profissional no contexto brasileiro, a construção de práticas educativas consubstanciadas no estabelecimento de vínculos e compromissos com a perspectiva societária das classes subalternas, fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora e de toda a humanidade - base do projeto ético-político profissional alternativo do Serviço Social, consolidado, nos anos de 1980 e 1990.

A função pedagógica desempenhada pelo assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade. A

formação da cultura, no pensamento gramsciano, adequa-se às necessidades do padrão produtivo e do trabalho, sob a hegemonia de uma classe.

A mobilização social e a organização, enquanto expressões das práticas educativas desenvolvidas em diferentes espaços sócio-ocupacionais, consubstanciam-se em processos de participação social, formulados e implementados de formas diferenciadas pelas classes sociais fundamentais - burguesia e proletariado - na luta pela hegemonia na sociedade; não constituem, portanto, processos exclusivos da prática dos assistentes sociais.

A mobilização social e a organização, no âmbito do Serviço Social, traduzem modalidades da assimilação/recriação desses processos no movimento da prática profissional e, assim, inscrevem-se no corpo teórico-prático da profissão enquanto elementos constitutivos (não exclusivos) e como condição indispensável para sua concretização na sociedade. Para avançarmos nessa discussão, cabe indagar:

Quais os fundamentos e tendências das práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais na sociedade brasileira?

Quais as particularidades da mobilização social e da organização, enquanto práticas educativas presentes na atuação do assistente social?

Com a pretensão de desdobrar essas indagações, o conteúdo ora apresentado envolve duas partes: a primeira parte centra-se na busca dos fundamentos da função pedagógica da prática do assistente social na sociedade brasileira, apontando as tendências atuais das práticas educativas em que se destacam a “ajuda” e a participação como eixos centrais. Convém assinalar que reafirmamos os fundamentos histórico-políticos e teórico- metodológicos das práticas educativas, no âmbito do Serviço Social, abordados em trabalho anterior (CARDOSO; ABREU, 2000), sustentados na tese de que o Serviço Social, como profissão, inscreve-se na divisão sociotécnica do trabalho como uma atividade de cunho

eminentemente educativo. A segunda parte aborda os fundamentos histórico-conceituais, objetivos, implicações ético-políticas, estratégias e instrumentos técnicos da mobilização social e da organização nos distintos espaços sócio-ocupacionais, com destaque para a assistência social, enquanto principal espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais; e para as lutas sociais das classes subalternas, enquanto referência da definição/redefinição dos espaços sócio-ocupacionais, colocada a partir do movimento de construção do projeto profissional ético-político alternativo do serviço Social, nas três últimas décadas.

2- A função pedagógica do assistente social: fundamentos e tendências atuais das práticas educativas na sociedade brasileira

É inquestionável a função pedagógica desempenhada pelo assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que se materializa a prática profissional. Tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura, aqui entendida, como mencionamos anteriormente, no sentido gramsciano, como sociabilidade (ABREU, 2002).

O fundamento básico dessa discussão sobre a função pedagógica desempenhada pelos assistentes sociais encontra-se na premissa gramsciana de que “toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica” (GRAMSCI, 1978), mediante a qual fica afirmada a vinculação das práticas educativas à luta pela hegemonia na sociedade, como elemento estratégico na base dos processos formadores da cultura.

Sob esse ponto de vista, as práticas educativas fazem parte do nexo orgânico entre a racionalização da produção e do trabalho e a organização da cultura, por meio do qual são articulados interesses econômicos, políticos e ideológicos, na formação de um modo de vida - cultura - adequado a um dos projetos societários das classes sociais em confronto.

O que particulariza os distintos projetos culturais?

Subjacente ao ponto de vista do capital está a necessidade de manutenção de sua hegemonia, a qualquer custo, alicerçada numa concepção de mundo mistificada/mistificadora da realidade, que tende a ocultar as desigualdades e os antagonismos de classes, na tentativa de dissimular a realidade. Mas essa necessidade se manifesta, sobretudo, em decorrência das ameaças ao sistema, colocadas pelas constantes crises econômicas. A cada crise econômica, o capital procura não só reestruturar-se, reconstituir-se materialmente, para garantir a recuperação e a contínua elevação das taxas médias de lucro, tendo em vista a sua reprodução ampliada, às custas do aprofundamento dos processos de exploração e dominação sobre o trabalho; assim como recompor as bases político-culturais de sua hegemonia, isto é, reorganizar a cultura, para adequá-la às exigências do padrão de racionalização da produção e do trabalho, na perspectiva da unidade em torno dos interesses da acumulação capitalista. Visa, portanto, eliminar as resistências, o dissenso, na busca da adesão e do consentimento do trabalhador aos imperativos do desenvolvimento econômico (ABREU, 2004).

Por outro lado, as exigências históricas da construção da hegemonia pelas classes subalternas, como estratégia revolucionária, redefinem o lugar da cultura, a partir de uma verdadeira reforma intelectual moral, base de uma nova cultura. Reforma esta que só pode ser pensada como parte da totalidade dos processos revolucionários de transformação da sociedade capitalista, ou seja, do conjunto de transformações estruturais e superestruturais em que a ação política direta ocorre, como assinala Marx (1993), e que constitui o primeiro passo no sentido da autorrealização autotranscendente das referidas classes.

Quais os eixos centrais da função pedagógica do assistente social?

Considerando os distintos e contraditórios projetos culturais, a função pedagógica desempenhada pelos assistentes sociais na sociedade brasileira, ao longo da sua trajetória

histórica, define-se a partir de estratégias educativas postas na luta de classes, em que podemos distinguir: a) as estratégias educativas subalternizantes, vinculadas à necessidade de reprodução das relações de dominação e exploração do capital sobre o trabalho e o conjunto da sociedade; b) as estratégias educativas emancipatórias, vinculadas à necessidade histórica de construção de uma alternativa societária à ordem do capital.

Tais estratégias educativas, como mencionamos anteriormente, são assimiladas/recriadas no âmbito do Serviço Social, imprimindo perfis pedagógicos à prática profissional. Estudos anteriores sobre esta temática, na sociedade brasileira (ABREU, 2002, 2004), apontam dois eixos definidores dos perfis pedagógicos das práticas educativas em Serviço Social: a ajuda e a participação.

A ajuda é o eixo que marca a constituição do Serviço Social, desde a sua institucionalização como profissão, nos Estados Unidos, na segunda década do século XX, mantendo-se até o momento atual. Surge na profissão como o conteúdo do Serviço Social de Caso, enquanto “ajuda psicossocial individualizada”, que, na formulação de Mary Richmond (1950, 1977) refere-se a um tratamento prolongado e intensivo, centrado no desenvolvimento da personalidade, com vistas na capacitação do indivíduo para o ajustamento ao mundo que o cerca. A “ajuda psicossocial individualizada” vincula-se às estratégias de reforma moral e de reintegração social impostas pelas necessidades organizacionais e tecnológicas, introduzidas com a linha de montagem nos moldes fordista e taylorista, em relação à formação de um novo tipo de trabalhador. Trata-se do trabalhador fordiano, base de uma nova sociabilidade - o americanismo. Esse padrão cultural é difundido a todo o mundo capitalista, no pós-Segunda Guerra Mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos, nos marcos do desenvolvimento e crise do Estado de bem-estar. Tal padrão societário se consolida, nesse período, nos países centrais e mantém-se durante 30 anos (anos gloriosos) quando entra em crise. Tem-se, então, o desenvolvimento e crise da chamada “cultura do bem-estar”.

A “ajuda psicossocial individualizada”, como modalidade interventiva do Serviço Social, é difundida para outros países periféricos e centrais, no movimento expansionista do capital no pós-Segunda Guerra Mundial, desdobrando-se também nas modalidades de intervenção centradas nos pequenos grupos (serviço social de grupo) e na comunidade (serviço social de comunidade).

Em relação aos países periféricos, como é o caso do Brasil, essa difusão é intensificada no bojo do chamado projeto desenvolvimentista, base de uma política de modernização conservadora, nos anos de 1950 e 1960, que reafirma a ajuda psicossocial individualizada enquanto modalidade de intervenção profissional do Serviço Social (ALMEIDA, 1976). Além disso, o projeto desenvolvimentista do governo brasileiro à época viabiliza a inscrição da participação - até então, elemento inerente aos processos de ajuda - como esfera programática das políticas sociais, tendo em vista a chamada integração social aos programas de desenvolvimento.

Esse redimensionamento da participação incide no Serviço Social constituindo-se na referência de inovação metodológica da prática profissional, numa “perspectiva de globalidade” (DEBATES SOCIAIS, 1967). Nesses marcos, afirmam-se os processos de mobilização e organização como desdobramentos das propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), que, contraditoriamente, contribuem para a criação/recriação das condições sócio-históricas e intelectuais para a redefinição profissional, com vistas na vinculação profissional aos interesses e lutas populares, em que a participação popular coloca-se como elemento estratégico.

Integradas ao projeto desenvolvimentista da modernização conservadora, nos anos 1950 e meados dos anos 1960, e posteriormente com a ampliação das políticas sociais sob a ditadura militar, a ajuda psicossocial individualizada e a participação consolidam-se como perfis pedagógicos da prática profissional vinculados a estratégias educativas subalternizantes e respondem fundamentalmente à necessidade de ideologização da assistência aos pobres, a partir dos parâmetros de uma racionalidade técnica e

administrativa difundida pelo regime militar (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1986). Nesse contexto, as práticas educativas tendem a dissimular as formas de reprodução do trabalhador nos limites precários da política social, portanto, deslocadas das relações salariais. Esses limites são impostos pela necessidade de reprodução do capital e do seu controle sobre o trabalho, bem como pela necessidade da manutenção desse mesmo trabalhador e sua família em permanente estado de necessidade em relação aos meios de sua subsistência física.

Ao mesmo tempo e de outro modo, a participação popular situa-se novamente nessa mesma contextualidade, como elemento estratégico no processo de redefinição profissional vinculado às lutas das classes subalternas, na perspectiva da resistência política ao regime ditatorial (1964-1985) e da democratização da sociedade. A participação popular é, assim, elemento central do processo de politização das relações sociais e de intervenção crítica e consciente dessas classes no movimento histórico e do desenvolvimento teórico-político da profissão (ABREU, 2004).

Aqui cabe considerar o avanço dos processos participativos nos anos 1980, no contexto profissional, que se explicitou na construção do projeto ético-político-profissional alternativo do Serviço Social, com o redirecionamento do tratamento dado à participação, a partir da busca de maior aproximação aos chamados movimentos sociais populares e da própria mobilização e organização política da categoria dos assistentes sociais integrados ao processo organizativo dos trabalhadores. Nesse processo, sobressaem a criação de entidades sindicais nas unidades da federação e do sindicato nacional - Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS, 1982) - e os redimensionamentos políticos da então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e o conjunto Conselho Federal de Assistentes Sociais/Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CFAS/CRAS), hoje Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS) (ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

Esses processos influenciam a inserção crítica de assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais tradicionais da prática profissional e apontam a perspectiva de inserção profissional em espaços que se criam/recriam no contexto das lutas sociais das classes subalternas, com a abertura de possibilidades de inserção e legitimação da atuação profissional em instituições de formação e organização política dos trabalhadores, como sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais e organizações não governamentais.

Quais as tendências atuais das práticas educativas na sociedade brasileira?

Em decorrência das estratégias econômico-sociais de enfrentamento da crise mundial do capital, aprofundadas, no Brasil, a partir dos anos 1990, sob a orientação neoliberal, as redefinições atuais que se estabelecem no campo interventivo em que se insere o Serviço Social buscam a apropriação das estratégias participativas das classes subalternas, que são transfiguradas em colaboracionismo e solidariedade entre sujeitos antagônicos na base das relações entre classes, no âmbito da produção e reprodução social. Tais processos redirecionam as demandas da mobilização social e organização tendo em vista a necessidade de legitimação pelas classes subalternas do atual padrão de política social materializado no chamado “terceiro setor”, que privilegia a mercantilização das políticas sociais, reafirmando a assistência social enquanto “ajuda solidária”, principalmente por meio da filantropia, em detrimento do atendimento a necessidades como direito, e investe na despolitização e na cooptação das organizações e lutas das classes subalternas pela chamada responsabilidade social.

Essas estratégias tendem a debilitar as iniciativas e lutas das classes subalternas em torno de sua constituição autônoma e do atendimento de suas necessidades imediatas, integradas à formação de uma vontade coletiva nacional-popular, a qual é atingida pela ofensiva ideológica do capital, direcionada para a reconstituição de sua hegemonia, que potencializa a captura da subjetividade do trabalhador à lógica do capital, ao mesmo tempo em que busca o enfraquecimento da solidariedade no interior da classe e a negação de sua

perspectiva classista. Além disso, fertilizam o surgimento de uma vontade corporativa em detrimento do fortalecimento de uma vontade coletiva nacional-popular, o que aponta, pois, para uma tendência de fragilização das estratégias de construção de uma pedagogia emancipatória das classes subalternas.

Desse modo, o processo de construção de uma pedagogia emancipatória, que reflete as contradições e os desafios postos nas lutas sociais das classes subalternas, afirma-se entre duas direções, nem sempre excludentes, quais sejam, entre o horizonte da cultura do “bem-estar” e o da superação da ordem capitalista e construção de nova e superior cultura. Os desdobramentos desses processos na configuração da mobilização social e organização no âmbito das práticas educativas em Serviço Social serão abordados no item seguinte.

3- Mobilização social e organização como práticas educativas: concepção, objetivos, implicações ético-políticas, estratégias e instrumentos técnicos

A mobilização social e a organização, como elementos constitutivos e condição indispensável na concretização das práticas educativas desenvolvidas pelo assistente social, vinculam-se, como já vimos no item anterior, a diferentes projetos profissionais e societários. Projetos de interesse das classes subalternas ou projetos de interesses das classes dominantes, cujas perspectivas são, respectivamente: de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a conquista da emancipação humana, passando pelas lutas democráticas e pelo fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas e de toda a sociedade; e de manutenção da ordem capitalista, tendo como exigência a subalternidade da classe trabalhadora, enquanto segmento das classes subalternas.

Tal vinculação, em sua diversidade, é determinada pelos compromissos profissionais estabelecidos com as classes sociais e se materializa pelos efeitos da ação profissional no modo de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos nos processos das práticas educativas.

O desempenho da função do assistente social, nesses processos de mobilização social e organização, é profundamente tensionado no quadro das transformações por que passa a sociedade brasileira nas últimas décadas. A reestruturação produtiva e as reformas institucionais, sob a orientação neoliberal, determinam inflexões no campo profissional do assistente social, provocadas pelas demandas postas pelo reordenamento das relações entre capital/trabalho, Estado/sociedade civil.

Como se desenvolvem as funções de mobilização social e organização, desempenhadas pelo assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais?

Quais são as principais estratégias e os instrumentos técnicos?

Se privilegiarmos as demandas postas pelo reordenamento das relações entre capital/trabalho, Estado/sociedade civil, que revitalizam o princípio do mercado e fortalecem a tese do Estado mínimo, as funções de mobilização social e organização, desempenhadas pelo assistente social, no âmbito das políticas sociais, em particular na política de assistência, tendem a fortalecer o deslocamento da responsabilidade do Estado para a sociedade civil, no atendimento das classes subalternas, sob a retórica da importância da participação da sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas.

Esse processo, nos marcos da reforma do Estado, a partir dos anos 1990, refuncionaliza o padrão assistencial estatal no atendimento das necessidades das classes subalternas, tendo como fundamento a solidariedade indiferenciada da sociedade sob a forma de ajuda, em detrimento da garantia do direito. A reestruturação da solidariedade indiferenciada da sociedade, ou seja, da solidariedade social, reconfigura-se como uma necessidade da redefinição neoliberal das políticas sociais, de substituição/negação do chamado pacto de solidariedade social, sob a organização estatal consubstanciada em princípios redistributivistas (via sistemas de proteção social), pela solidariedade

“voluntária” amparada em princípios humanistas de ajuda centrados na filantropia - base da institucionalização do chamado “terceiro setor”.

Assim, no contexto da (contra) reforma do Estado, a partir dos anos 1995, evidencia-se a tendência de negação dos direitos conquistados pela classe trabalhadora em relação à seguridade social (previdência, assistência e saúde), com o aprofundamento da desarticulação entre as três áreas e ênfase na assistência social como estratégia de controle da pobreza, em detrimento do direito à seguridade dos trabalhadores.

Como política, foi fortalecido o eixo da assistência, atualmente o principal espaço de prática dos assistentes sociais no Brasil. Nessa relação, enquanto a assistência social cresceu como espaço do exercício profissional do Serviço Social, diminuiu e até tem sido ameaçado de extinção o espaço profissional no campo da previdência. Aqui está, talvez, o eixo problemático mais importante hoje para se confrontar o projeto ético-político-profissional do Serviço Social, pautado pela perspectiva de emancipação humana e ação prática cotidiana dos assistentes sociais no mercado de trabalho (ABREU; LOPES, 2006).

Tal tendência coloca grandes desafios, na medida em que

tem crescido entre os profissionais, a partir da Lei Orgânica da Assistência (LOAS) e agora do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a perspectiva da luta pela assistência como direito, cuja centralidade pode obstruir a perspectiva da luta fundamental na sociedade capitalista, que é o direito ao trabalho (ABREU; LOPES, 2006).

Nos espaços da assistência social nas esferas pública e privada, as demandas profissionais reafirmam-se em relação à prestação direta de serviços e benefícios sociais e a outras expressões da gestão de programas e projetos sociais envolvendo processos de mobilização social e organização, na perspectiva da participação dos sujeitos assistidos. Isso

vem ocorrendo seja por meio dos mecanismos de gestão pública, como é ilustrativo o caso dos conselhos de direitos e de políticas sociais, seja na viabilização de contrapartidas ao acesso aos atendimentos, como são exemplares o trabalho voluntário e a inserção obrigatória do público alvo em atividades programadas para a concessão dos atendimentos.

Em relação à participação nos conselhos de direitos ou de gestão de políticas, sob esse ponto de vista, identifica-se a tendência de implementação do processo de mobilização social e organização sem um posicionamento crítico dos profissionais sobre as contradições que conformam esses espaços constituídos por representantes da burocracia estatal e de segmentos da sociedade civil. Conseqüentemente, tal atuação aponta para a despolitização e cooptação das classes subalternas e contribui para a debilitação e inibição das formas de resistência e pressão em torno de seus interesses imediatos e históricos.

A mobilização social e a organização tendo em vista contrapartidas dos sujeitos atendidos na implementação dos programas sociais tendem a reforçar a responsabilização do indivíduo por sua própria sobrevivência. Ao mesmo tempo, inscrevem-se nas estratégias de legitimação das formas de autofinanciamento dos benefícios recebidos - que é a regra de ouro das políticas sociais nos atuais governos, como assinalou Kameyama (2000).

Se privilegiada a concretização dos interesses das classes subalternas, a função de mobilização social desempenhada pelos assistentes sociais direciona-se para o fortalecimento dos espaços de luta dessas classes, onde é possível gerar e socializar conhecimentos, constituindo sujeitos coletivos capazes de participar da construção da hegemonia das referidas classes (CARDOSO, 1995).

Essa perspectiva pode nortear processos pedagógicos nos espaços sócio-ocupacionais tradicionais dos assistentes sociais, evidenciando-se, também, nos conselhos de direitos e de políticas, mas por meio de uma inserção crítica e de compromisso político, na perspectiva de inscrição dos interesses imediatos dessas classes na agenda das políticas sociais. Nessa direção, as estratégias de mobilização social e organização referem-se à

participação na construção dos referidos conselhos, não como mecanismos de colaboracionismo de classes, mas como espaços de luta, espaços de enfrentamento entre interesses antagônicos, na explicitação de demandas das classes subalternas e implementação de respostas às suas necessidades.

Para além desses espaços sócio-ocupacionais dos conselhos e de organização política, as estratégias de mobilização utilizadas pelo assistente social podem ainda desenvolver-se no campo da comunicação social, utilizando a linguagem escrita e audiovisual, pela mídia, de modo a impulsionar uma consciência crítica capaz de desmistificar e desencadear ações coletivas que se contraponham à cultura domesticadora, também difundida pela mídia e outros meios de comunicação; na produção e atualização sistemáticas de acervo de dados relativos às expressões da questão social nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social, que subsidiem e estimulem ações inovadoras, contrapostas à progressiva mercantilização do atendimento às necessidades sociais, decorrente da privatização das políticas, e propiciem o atendimento às efetivas necessidades das classes subalternas, alvo das ações institucionais, principalmente das políticas de seguridade social, que se constituem espaços sócio-ocupacionais tradicionais do assistente social.

Destaca-se também que, na esfera da produção, as demandas postas aos assistentes sociais relacionadas às funções de mobilização social e organização se expressam, por exemplo, no âmbito da formação e capacitação de mão-de-obra, na formação de grupos de produção, nos convênios entre instituições públicas e empresas privadas visando ao engajamento do trabalhador no mercado de trabalho e na criação de estratégias de subsistência das classes subalternas (CARDOSO; MACIEL, 2000, p.146).

Apontamos, ainda, a inserção real e legítima, embora diminuta, da atuação do assistente social em espaços sócio-ocupacionais de formação e organização política dos trabalhadores, como: sindicatos, movimentos sociais e outras organizações de mediação política das classes subalternas.

Portanto, como foi mencionado anteriormente, as estratégias de mobilização social efetivam-se em torno dos processos de luta que demarcam as tendências do movimento dessas classes na sociedade a partir dos anos 1990. Considerando a particularidade do movimento sindical, Antunes (1999) identificou duas tendências: uma tendência traduzida numa postura de “acomodação dentro da ordem” aponta nítidos reflexos em relação à concepção classista, socialista e anticapitalista das lutas que marcaram esse movimento dos anos 1980 - denominado novo sindicalismo; a outra tendência consubstancia-se na possibilidade histórica de elaboração de um programa de lutas direcionado para a construção de uma alternativa societária contraposta à ordem do capital, a partir do conjunto dos trabalhadores. Tal programa, considerando o atual perfil da classe trabalhadora, marcado pela fragmentação e heterogeneização, deve colocar-se como capaz de “responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, mas tendo como horizonte uma organização societária fundada em valores socialistas e efetivamente emancipadores, que não tenha ilusões quanto ao caráter destrutivo da lógica do capital” (ANTUNES, 1999, p. 243).

Em suma, essas indicações dão a dimensão real das tendências dos processos de mobilização social e organização no âmbito do Serviço Social, a partir de duas direções anteriormente mencionadas, quais sejam:

- a) uma direção circunscreve esses processos no horizonte histórico do Estado de bem-estar, centrados no fortalecimento do poder do usuário, mediante processos de publicização em relação aos sujeitos e recursos institucionais, na perspectiva da luta pela democratização e universalização das políticas públicas. Todavia, a ênfase na defesa do direito à assistência aponta para retrocessos profissionais, na medida em que pode distanciar-se da perspectiva da luta fundamental na sociedade capitalista, que é o direito ao trabalho.
- b) a outra direção vincula os processos de mobilização social e organização desencadeados na prática profissional dos assistentes sociais ao movimento dos

trabalhadores, em torno da sua organização autônoma, sustentada na necessidade e na possibilidade de lutas que favoreçam a garantia e a ampliação das conquistas sociais e políticas, bem como a ultrapassagem dessas conquistas do horizonte histórico do Estado de bem-estar, mediante o avanço dessas lutas na perspectiva do fortalecimento dos processos de superação da ordem burguesa e da conquista da emancipação humana. Convém assinalar que tal horizonte é posto tardiamente na sociedade brasileira, quando as condições concretas desse padrão societário nos países centrais já se encontravam esgotadas.

Considerações Finais

A problematização das questões presentes neste texto nos permite concluí-lo reafirmando algumas concepções, tais como:

- ✓ a retomada e o avanço da organização política da categoria dos assistentes sociais, integrados aos processos organizativos das classes subalternas, podem potencializar uma inserção crítica dos assistentes sociais nos espaços ocupacionais tradicionais e ampliar a abertura para a mesma inserção nos espaços específicos de luta e organização política dessas classes;
- ✓ as contradições inerentes aos espaços ocupacionais e às práticas educativas de mobilização social e organização não impedem uma atuação comprometida com os interesses das classes subalternas, mas impõem exigências e desafios para a construção autônoma dessas classes, tendo como horizonte a perspectiva da emancipação humana;
- ✓ no enfrentamento dos desafios e exigências presentes nos processos de mobilização social e organização das classes subalternas, o “modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente...” (GRAMSCI, 1989).

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro. Novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria, 1978-1988. São Paulo: Cortez, 1995.

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. In; Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, n. 79, ano XXV, especial, 2004.

ALMEIDA, Anna Augusta de. Capacitação social: um modelo de intervenção do Serviço Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2., 1976, Recife. Anais... Rio de Janeiro: CFEES, 1979. p. 77-112.

CARDOSO, Franci Gomes. Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora e EDUFMA, 1995.

_____. Os movimentos sociais populares no processo de transformação social. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 33, ano XI, agosto, 1990.

_____. Organização, luta e consciência de classe: condições para conquista da hegemonia pelas classes subalternas. In: CD-R Anais da I Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2005.

CARDOSO, Franci Gomes; ABREU, Marina Maciel. Mobilização social e práticas educativas. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Capacitação em Serviço Social e política social. Mód. 4. Brasília: CFESS, ABEPSS, UnB/CEAD, 2000.

DEBATES SOCIAIS. Documento de Araxá. 2. ed. Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, maio, 1967.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Maquiavel, a política e o Estado moderno. 7. ed. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

KAMEYAMA, Nobuco. Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Capacitação em Serviço Social e política social. Mód. 4. Brasília: CFESS, ABEPSS, UnB/CEAD, 2000. p. 217-224.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos de 1848. Lisboa: Edições Avante!, 1993.

OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo; TEIXEIRA, Sonia M. Fleury. (IM) Previdência Social: 60 anos de história da previdência no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1986.

RICHMOND, Mary E. O diagnóstico social. Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo José, 1950.

_____. Caso social individual. Buenos Aires: Humanitas, 1977.

SECCO, Lincoln. Crise e estratégia em Gramsci. In: DIAS, Edmundo et al. O outro Gramsci. São Paulo: Xamã, 1996.

Glossário

Classes subalternas: categoria gramsciana que contempla “todos os segmentos da sociedade capitalista que não possuem os meios de produção e estão, portanto, sob o domínio econômico, político e ideológico das classes que representam o capital no conjunto das relações de produção e das relações de poder: assalariados dos setores caracterizados como primário, secundário e terciário (elementos do setores produtivo e improdutivo); os que exercem atividade manual e os que exercem atividade não manual e intelectual. Incluem-se, ainda, os segmentos não incorporados ao mercado de trabalho, que são os trabalhadores em potencial, inclusive o exército industrial de reserva, que é um segmento extremamente funcional ao capitalismo” (CARDOSO, 1995, p. 63).

Espaços ocupacionais dos assistentes sociais: aqui entendidos como instâncias da vida social, construídas historicamente (mediações), que vinculam e viabilizam a inserção orgânica da prática profissional no conjunto das relações sociais. Os espaços sócio- ocupacionais, como assistência, saúde, previdência, trabalho, lutas sociais, dentre outros, materializam-se no conjunto das instituições empregadoras, mediante as quais o assistente social se insere no mercado de trabalho.

Cultura: Gramsci (2001, p. 266), em sua análise sobre o americanismo e fordismo, desenvolve uma concepção de cultura na relação estrutura e superestrutura, quando considera que “os métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro.

Hegemonia: segue-se neste trabalho o conceito gramsciano de hegemonia, que envolve duas funções: domínio e direção intelectual e moral. Quando Gramsci fala “em hegemonia incluindo ‘domínio’, refere-se à burguesia industrial italiana, classe proprietária, assentada num modo de produção que já se desenvolvera no interior da formação social feudal; ao generalizar nas lições para os socialistas, ele fala em hegemonia política como direção de classes aliadas antes da conquista do poder político e como direção + domínio depois” (SECCO, 1996, p. 86).

Burguesia e proletariado: classes fundamentais da sociedade capitalista.